

O pacto de irresponsabilidade fiscal

Rogério L. Furquim Werneck*

Há dias, o ministro da Fazenda relatou que só aceitou o cargo que hoje ocupa após ter confirmado com o presidente que contaria com seu respaldo para levar adiante o que defendera na disputa eleitoral de 2022: “Pobre no Orçamento e rico no Imposto de Renda”. Foi uma pena que o ministro não tivesse aproveitado para se certificar também de que teria respaldo do presidente para conduzir uma política fiscal pautada pela manutenção do endividamento público sob controle.

Não faltará quem pondere que há razões de sobra para se crer que o ministro da Fazenda jamais levantaria essa questão, mesmo que ela ainda estivesse em aberto. Mas a verdade é que já não estava. Embora o presidente tenha sido eleito no final de outubro de 2022, o anúncio do nome do novo ministro da Fazenda só foi feito 40 dias depois, em 9 de dezembro, quando Lula, por conta própria, já negociara com o Congresso as bases de um amplo pacto de irresponsabilidade fiscal.

O que caberia a Lula, nesse pacto, não seria pouco. Nada menos que a PEC da Transição, que lhe asseguraria pronta revogação do teto de gastos e autorização para incorrer em um colossal déficit primário da ordem de 2,3% do PIB, já em 2023, e em uma sucessão de déficits primários “quase-zero” no restante do mandato, que redundariam em endividamento público adicional da ordem de 12% do PIB até 2026. Seria surpreendente se a parte que caberia ao Congresso, nesse pacto, não fosse igualmente compensadora.

Nada disso impediu que Haddad aceitasse sem pestanejar a incumbência de pilotar a tremenda farra fiscal que Lula tinha em mente para seu terceiro mandato. E que se encarregasse de conceber a extraordinária operação de ilusionismo e dissimulação que passou a ser conhecida como arcabouço fiscal.

Frouxas como, de início, pareciam ser as regras do arcabouço, tamanha foi a expansão de gastos que o governo logo se viu enredado em bloqueios e contingenciamentos orçamentários decorrentes das restrições fiscais que ele mesmo estabeleceu.

Nem o Planalto nem o Centrão podem alegar que, no pacto que celebraram na transição de 2022-2023, não sabiam com quem estavam tratando. Mas, há poucas semanas, o governo, desesperado com o entalo fiscal em que se meteu, decidiu de repente se esquecer do pacto e, estreando sua nova fantasia de gestor responsável das contas públicas, passar a acusar o Congresso de... irresponsabilidade fiscal.

O tempo fechou. O caldo entornou. E governo foi submetido à mais humilhante das derrotas parlamentares que já sofreu, ao ver a elevação de alíquotas de IOF ser

sumariamente anulada por um decreto legislativo aprovado na Câmara por 383 a 98. Numa votação de tamanha importância para o Poder Executivo, e que admitia voto *online*, o governo constatou que sua bancada efetiva na Câmara estava reduzida a deprimidas 19% da Casa.

Em artigo publicado nesse mesmo espaço, há duas semanas, em 20/6, arguí que as evidências de mudança de regime nas relações do Congresso com o governo pareciam decorrer da crescente mobilização do governo e da maioria parlamentar de centro-direita com a disputa presidencial de 2026. Poucos dias depois, o acirramento da crise eliminou qualquer dúvida que ainda se pudesse ter sobre isso.

O que agora se vê é o desfecho da exacerbação das contradições do pacto de irresponsabilidade fiscal que, por dois anos e meio, manteve as relações entre o governo e o Congresso lubrificadas. E o que se pode antever são longos 15 meses de impasse e antagonismo entre o Planalto e o Legislativo, até as eleições do ano que vem.

Nunca é demais repetir. Não obstante todo o inegável empoderamento do Congresso, era ao presidente da República que cabia liderar a condução da política fiscal, dar senso de urgência ao Congresso e angariar o apoio parlamentar requerido para assegurar uma gestão responsável das contas públicas. Sem que o Planalto se mostrasse inequivocamente comprometido com a responsabilidade fiscal, não havia como esperar do Congresso compromisso com uma gestão orçamentária consequente.

Deu no que deu.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.